



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

Assunto: Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2021

Autor: Dep. Gessivaldo Isaías

Ementa: Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadania Piauiense ao Ten. Miquéias de Souza e Silva.

Relatora: Dep. Teresa Britto

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Deputado Gessivaldo Isaías que concede Título de Cidadão Honorário Piauiense ao Ten. Miquéias de Souza e Silva.

Em justificativa o nobre Deputado destacou que o homenageado natural de Osasco-SP, em 2008 fixou residência em Picos-PI para cursar Direito na Faculdade R. Sá, tendo concluído o curso em 2014. Em 2011, foi nomeado soldado da Polícia Militar do Piauí, por meio de concurso público, e foi lotado na 1ª COM/4ª BPM em Picos. Atualmente é 2º Tenente QOPM e exerce a função de comandante da 1ª COM/4º BPM, no município de Picos-PI, realizando seu trabalho com primazia, sempre voltado a proteção da sociedade piauiense.

É, em síntese, o relatório.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

Conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Piauí (art. 34, I, a), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) compete pronunciar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Assembleia.

A prestação de homenagens e concessão de honrarias é prática corrente, justamente com o intuito de prestigiar pessoas que por sua atividade tenham contribuído de algum modo para o desenvolvimento estadual ou para o bem-estar coletivo.

No que se refere ao objeto da presente proposição, o Regimento Interno desta Casa Legislativa, no artigo 27, V, g, prevê, *in verbis*:

Art. 27. São atribuições do Plenário as constantes dos arts. 61 e 62 da Constituição Estadual ou as decorrentes de sua natureza, dentre outras:

(...)



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

V – expedir decretos legislativos quanto a assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:

(...)

g) atribuição de título de cidadão honorário a pessoa que, reconhecidamente, tenha prestado relevantes serviços à comunidade piauiense, será por meio de voto secreto, aprovado em única votação por maioria absoluta dos deputados presentes em plenário.

Dessa forma, a via adotada - Decreto Legislativo - se mostra adequada, cumprindo, portanto, o requisito formal para tal medida.

Observa-se que a proposição está redigida com clareza, em termos objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, subscrita por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo em conformidade com o artigo 96, inciso I, alínea “e” e §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 106, todos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o Projeto de Decreto Legislativo em tela, necessita de adequações para melhor atender ao disposto na Lei Ordinária Nº 5.861 de 1º de julho de 2009, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a alteração das leis no Estado do Piauí, notadamente em atenção ao art. 12, I e II.

Diante do exposto, concluímos que a proposição em tela, Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2021, não possui qualquer vício que possa impedir o seu regular prosseguimento, cabendo ao Plenário desta Casa se manifestar sobre o mérito da matéria.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

III – PARECER DA COMISSÃO

Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento ()

Pela rejeição ()

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí,
Teresina, 19 de abril de 2021.

Dep. Teresa Britto
Relatora

Reunio Vital

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, <u>20/04/21</u>
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
<u>Justiça</u>

Dep. Neri
Dep. Henrique Pires
Dep. Liza Carvalho
Dep. Francisco Lima
Dep. Gervásio Sousa